

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.330 - GO (2019/0119302-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : WISMALY LIMA NASCIMENTO
ADVOGADO : MARCO HENRIQUE SUL SANTANA - GO025388

DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que deu parcial provimento ao apelo defensivo para aplicar o redutor do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, reduzindo a pena do recorrente para 10 (dez) anos e 10 (dez) meses de reclusão.

O recorrente aponta a violação do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 alegando que não estão presentes os requisitos para a aplicação do referido redutor uma vez que, conforme reconhecido pelo próprio tribunal, o recorrido possui envolvimento em crimes diversos (habitualidade criminosa), bem como porque foram apreendidos juntos com a droga utensílios e apetrechos utilizados para o tráfico.

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.036/1.050.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso às e-STJ fls. 1.015/1.025.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não prospera.

Os elementos existentes nos autos informam que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás deu parcial provimento ao apelo defensivo para aplicar o redutor do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, reduzindo a pena do recorrente para 10 (dez) anos e 10 (dez) meses de reclusão.

O recorrente alega que não estão preenchidos os requisitos para a aplicação do redutor do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06. Sobre o tema o

Superior Tribunal de Justiça

TJGO assim se pronunciou:

Os recorrentes requerem a aplicação da redutora atinente ao tráfico privilegiado, consoante norma insculpida no §4º do artigo 33 da Lei de Drogas.

O douto juízo singular, ao deixar de aplicar a causa especial de diminuição de pena, fê-la sob os fundamentos de que os acusados praticaram, somente no contexto destes autos, outros três crimes (roubo majorado, receptação e adulteração de sinal identificador de veículo), bem ainda porque foram encontrados os seguintes objetos identificadores da comercialização de drogas: uma balança de precisão, uma mala com vestígios de droga e um caderno de anotações.

É sabido que para aplicação da causa de diminuição de pena do artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, o condenado deve preencher cumulativamente todos os requisitos legais, quais sejam ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa, podendo a reprimenda ser reduzida de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), a depender das circunstâncias do caso concreto.

Esta Corte vem decidindo que a quantidade, a nocividade e a variedade dos entorpecentes apreendidos são fundamentos idôneos a ensejar a escolha da fração redutora, quando for o caso de aplicação da causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Entendo que, in casu, a despeito de a droga ser pouco nociva (maconha) e não envolver vultosa quantidade (uma porção com massa bruta de 2,088g e uma porção com massa bruta de 13,260g), resta comprovado nos autos que os apelantes eram contumazes na prática habitual de outros crimes, circunstância suficiente para demonstrar que eles não eram iniciantes do tráfico, justificando o afastamento da fração do seu grau máximo, mostrando-se justo e adequado o patamar de 1/2 (metade).

*Com efeito, dada a peculiaridade concreta dos autos, notadamente, a **habitualidade na conduta delitiva de crimes diversos**, bem ainda a presença de elementos, especificamente utensílios e apetrechos utilizados para o comércio do tráfico de drogas, são dados justificadores da fração redutora em patamar intermediário. (e-STJ fl. 957)*

Observa-se que o entendimento do Tribunal de origem está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior firme no sentido de que

Superior Tribunal de Justiça

"na falta de indicação pelo legislador das balizas para o *quantum* da redução, a natureza e a quantidade de droga apreendida, assim como as demais circunstâncias do delito, podem ser utilizadas na definição de tal índice ou, até mesmo, para afastar a aplicação da minorante quando evidenciarem a **habitualidade do agente no comércio ilícito de entorpecentes**" (HC 453.535/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 28/08/2018, grifo nosso).

Como se vê, a habitualidade delitiva que obsta a incidência do redutor é aquela relacionada com a prática do crime de tráfico, o que não é o caso dos autos. Destaca-se, ainda, a pequena quantidade do entorpecente apreendido (uma porção com massa bruta de 2,088g e uma porção com massa bruta de 13,260g), o que autoriza a incidência do redutor na fração adotada pelo Tribunal Estadual.

Maiores digressões sobre o tema encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ, por demandar minucioso revolvimento do conteúdo fático-probatório

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, VII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator